

Evidenciação Dos Passivos Contingentes Tributários: Comparação das Informações divulgadas em Notas Explicativas e Formulário de Referência.

PRISCILA ALANO DA ROSA

Universidade Federal de Santa Catarina

RUBIA ALBERS MAGALHÃES

Universidade Federal de Santa Catarina

LUIZ FELIPE FERREIRA

Universidade Federal de Santa Catarina

SÉRGIO MURILO PETRI

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

A evidenciação dos passivos contingentes tributários nas demonstrações financeiras é realizada, pois seus efeitos fiscais podem afetar potencialmente as decisões de seus usuários. Esta obrigação de evidenciação e orientação foi inserida com as IFRS, especificamente com o CPC 25 no Brasil, o que permitiu aos contadores um poder maior de critério de julgamento das decisões e informações divulgadas nas Demonstrações Contábeis das empresas. O objetivo desta pesquisa é identificar nível de evidenciação das companhias do setor elétrico da BM&FBOVESPA quanto sua conduta para com os passivos contingentes tributários, conforme elucidado no CPC 25. Para que o propósito seja vislumbrado, foram validadas e comparadas as notas explicativas e os formulários de referências das empresas quanto ao *checklist* desenvolvido com base no CPC 25. Além de identificadas variáveis que influenciam a evidenciação dos passivos contingentes. Para a concretização da pesquisa a trajetória metodológica adotada foi exploratória descritiva, por meio de documentos, as notas explicativas e os formulários de referência e a abordagem utilizada foi qualitativa e quantitativa. Os resultados apontaram que os passivos contingentes tributários não são atendidos em sua totalidade pelas empresas; havendo divergência nas informações divulgadas em notas explicativas e formulário de referência, sendo que apenas as notas explicativas são auditadas. As empresas não estão informando: detalhes dos processos as quais estão envolvidas, atualização dos valores monetários, mudança de chance de ocorrência do evento futuro incerto. A evidenciação dos passivos contingentes é influenciada pelas variáveis: níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA, empresas auditadas por *bigfour*; endividamento e receita líquida, as quais possuem um poder de explicação de 22,8% do modelo.

Palavras chave: *Disclosure* Voluntário. Passivos Contingentes Tributários. Setor Elétrico.

Operações fora do balanço já foram a causa de falência de algumas empresas, como Enron e a incorporação da Sadia, além de auxiliar a propagação da crise de 2008. Com a implementação das (IFRS) as quais sobrepõe a essência ao invés da forma, a responsabilidade do critério de julgamento foi transferida para o Contador. Porém, mais informações são exigidas com o intuito de garantir a qualidade da informação, transparência e divulgação.

Dentre as operações que não estão inclusas nas Demonstrações Contábeis, estão os passivos contingentes. Para Farias (2006), os passivos contingentes são um dos elementos patrimoniais de maior dificuldade para a contabilidade, principalmente no que se refere à atribuição de valor. As principais dúvidas estão relacionadas sobre o fato gerador, que deu origem às obrigações contingentes, as quais serão esclarecidas somente no futuro, quando, então serão determinados os efeitos exatos que terão sobre o patrimônio da entidade.

O Pronunciamento Técnico CPC 25 sugere que sejam aplicados os critérios de reconhecimento e mensuração apropriados a provisões, passivos e ativo contingentes, de modo que as informações sejam divulgadas nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam sua natureza, oportunidade e valor.

Quanto à evidenciação das provisões e dos passivos contingentes, conforme o CPC 25, a possibilidade de ocorrência dos eventos acarreta em tipos de evidenciação diferenciados. Se um evento for considerado como sendo provável que ocorra deve ser reconhecido no balanço patrimonial como passivo, por meio da provisão. Caso o evento seja caracterizado como possível de ocorrer, então será somente divulgado em notas explicativas. E quando o evento possuir uma chance remota de ocorrer nenhuma evidenciação é exigida nem qualquer reconhecimento.

Como a contabilidade precisa gerar informações que demonstrem a posição econômica e financeira em períodos específicos para tomada de decisões pelos seus usuários, não pode esperar que um evento futuro ocorra para reconhecer obrigações de fatos passados. Desta forma, a contabilidade deve reconhecer a existência das obrigações contingentes, sendo divulgadas em suas demonstrações contábeis (Farias, 2006).

Rosa (2014) destacam que os processos tributários representam 69% do total de passivos contingentes, uma vez que o sistema tributário brasileiro é complexo, que existem frequentes mudanças na legislação, e que a quantidade de obrigações acessórias é ampla. Devido à complexidade da legislação tributária, as empresa possuem divergências de entendimento com o fisco. O aumento da carga tributária não sinaliza que as contingências aumentam, porém levam as empresas a praticarem planejamentos tributários mais agressivos, podendo ocasionar autuações fiscais não registradas anteriormente (Martinez & Sonegheti, 2015).

Hanlon e Heitzman (2010) destacam que os efeitos fiscais afetam potencialmente as decisões reais, tais como investimento e estrutura de capital, que por sua vez afetam a atividade econômica e têm implicações na estrutura e eficácia da política fiscal. No que se refere as contingências tributárias, os autores Martinez e Sonegheti (2015), as definem como possíveis ônus de caráter tributário, decorrente de reclamações ou litígio fiscal cujo êxito, ou não, somente serão confirmado no futuro. Assim, o descumprimento ou interpretação da legislação divergente entre o fisco e os contribuintes podem ocasionar grandes prejuízos fiscais, gerando eventos futuros incertos, denominados de “contingências”.

Diante deste cenário, esta pesquisa pretende responder a seguinte indagação: Qual o nível de evidenciação das companhias do segmento de energia elétrica da BM&FBOVESPA quanto aos passivos contingentes tributários?

Portanto, esta pesquisa objetiva identificar nível de evidenciação das companhias do setor elétrico da BM&FBOVESPA quanto sua conduta para com os passivos contingentes tributários, conforme elucidado no CPC 25. Para que o propósito desta pesquisa seja vislumbrado, foram destacados os seguintes objetivos específicos: (i) verificar o nível de evidenciação das notas explicativas e formulário de referência das empresas do setor elétrico quanto ao *checklist* desenvolvido com base no CPC 25; (ii) comparar as informações descritas nas notas explicativas e formulário de referência, e verificar se as mesmas se complementam, são redundantes ou ainda, se são insuficientes para a contemplação do pleiteado pelo CPC 25; (iii) Identificar por meio do teste estatístico regressão múltipla o nível de evidenciação dos passivos contingentes.

Os documentos que serviram para coleta de dados foram as notas explicativas e o formulário de referência. As notas explicativas visam fornecer as informações necessárias para esclarecimento da situação patrimonial, ou seja, de determinada conta, saldo ou transação, ou de valores relativos aos resultados do exercício, ou, ainda, para menção de fatos que podem alterar futuramente tal situação patrimonial (Iudicibus, Martins, Gelbeke, & e Santos, 2013, p. 592). Quanto ao formulário de referência, seus responsáveis devem zelar pela qualidade e atualização das informações fornecidas, assegurando a completude e qualidade do documento conforme o Instituto brasileiro de Relação com o Investidor (2009).

2

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DISCLOSURE VOLUNTÁRIO

Disclosure deriva da palavra *disclose*, significando o ato de divulgar, evidenciar, tornar algo evidente, público. No âmbito corporativo, o termo *disclosure* está ligado ao conceito de transparência corporativa, relacionado à evidenciação de informações, que tanto pode ser obrigatória, quando exigida em leis, contratos ou normativos; como voluntária ou discricionária, quando se trata de informações suplementares (Murcia, Souza, Dill, Costa Jr. 2010).

Nesse sentido, o *disclosure* obrigatório se faz presente por força da legislação, como meio garantidor de mais confiabilidade e padronização das informações divulgadas, assegurando-se que sejam supridas as necessidades informacionais dos usuários (Gonçalves & Ott, 2002). Todavia, quando voluntário, o *disclosure* não se caracteriza, essencialmente, pela presença de regulamentos norteadores de suas práticas, de maneira que a divulgação de informações suplementares pode ser percebida como uma possível vantagem competitiva, além de vantagens como a redução de riscos e a volatilidade das ações (Murcia *et al.*, 2010).

Hendriksen e Van Breda (1999) definem a divulgação como um meio de conduzir a informação. Segundo os autores, o objetivo principal da exposição das informações financeiras é permitir que os investidores tenham condições de analisar a capacidade financeira da empresa. Pois, as empresas possuem necessidade de crescimento e, dessa forma, precisam cuidar mais de seus investimentos e das relações com os *stakeholder*. Com isso, cada vez mais são exigidas das empresas boas práticas de Governança Corporativa. Essas práticas almejam, principalmente, a redução da assimetria informacional, criando assim, a expectativa de que as companhias sejam mais transparentes (Lima, 2007).

Segundo a teoria da divulgação de Verrecchia (2001), as informações que não são divulgadas podem ser entendidas como informações desfavoráveis, e ainda, que a tendência é de divulgar o que é mais vantajoso, ou seja, apresentando melhor desempenho para a empresa. Conforme o CPC 00 R1 (2011, p. 18) “para representação perfeitamente fidedigna, a realidade



São Paulo, 27 a 29 de Julho de 2016

**Building Knowledge in
Accounting**

retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro”.

Portanto, para que a informação seja útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar. A utilidade da informação contábil-financeira é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível, (CPC 00 (R1), 2011). Então, toda a informação é relevante e deve ser divulgada quando for influenciar decisões. A informação quando for relevante, deve ser completa, neutra, livre de erro, comparável, tempestiva e compreensível.

2.2 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

A Deliberação CVM nº 489, de 3 de outubro de 2005, aprovou e tornou obrigatório, a partir de 1º de janeiro de 2006, para as companhias abertas o Pronunciamento da Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 22 sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Em 31 de janeiro de 2008, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tornou também obrigatória sua adoção para as instituições financeiras, conforme Resolução CMN 3.535, de 31 de janeiro de 2008.

A NPC nº 22 já tinha a intenção de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade nº 37 (IAS – *International Accounting Standard*) e estabeleceu critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação aplicáveis as provisões, contingências passivas e contingências ativas.

Com a revogação da Deliberação CVM nº 489/05 e aprovação da Deliberação CVM nº 594/09, torna-se obrigatória para o exercício de 2010, para as companhias abertas, a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral (NBC-TG) 25 tem como objetivo assegurar que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas, para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

De acordo com o CPC 25 (2009, p. 3), “provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos”. Uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. O passivo contingente, por sua vez, pode ser definido como “uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade” (CPC 25, 2009, p. 4).

Iudicibus *et al.* (2013, p. 336) destaca que quando a entidade não reconhece um passivo contingente, pois ele se caracteriza como uma saída de recursos possível, mas não provável, sendo necessária apenas a sua divulgação em notas explicativas. No entanto, “[...] nenhuma referência precisará ser feita à contingência se for julgado que a probabilidade de sua ocorrência for remota” (Hendriksen e Van Breda, 1999, p. 288). Kieso *et al.* (2014), fazem a distinção entre provisão e passivos contingentes, conceituando provável, possível e remoto: Provável: o evento ou eventos futuros são prováveis de ocorrer. Possível: a chance de um ou mais eventos ocorridos futuro é menos remota, mas menos não tão provável. Remota: a chance de um futuro evento de eventos ocorrendo é pequena. Em decorrência da classificação

fornecida no CPC 25, Iudícibus *et al.* (2013) fornece um quadro com o tratamento contábil a ser dado a provisões e passivos contingentes, conforme quadro 1.

Quadro 1 - Tratamento contábil de provisão e passivo contingente

Probabilidade de ocorrência do desembolso		Tratamento Contábil
Obrigação presente e provável	Mensuração por meio de estimativa confiável	Uma provisão é reconhecida e é divulgada em notas explicativas
	Não mensuração por inexistência de estimativa confiável	Divulgação em notas explicativas
Possível (mais provável que não tenha saída de recursos do que sim)		Divulgação em notas explicativas
Remota		Não divulga em notas explicativas

Fonte: Iudícibus, Martins, Gelbcke e Santos (2013).

Desta forma, quando a probabilidade de saída de recursos é praticamente certa e mensurável, então é uma provisão, ou seja, um passivo. Mas quando se tratar de uma saída de recurso possível ou presente e não mensurável, a entidade deverá informar em notas explicativas, ou seja, um passivo contingente. E ainda, quando a possibilidade for remota, a entidade não necessita fazer divulgação em notas explicativas.

Segundo Iudícibus *et al.* (2013), algumas provisões mais comuns são: a) provisões para garantias de produtos, mercadorias e serviços; b) provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; c) provisão reestruturação; d) provisão para danos ambientais causados pela entidade; e) provisão para compensações ou penalidades por quebra de contratos (contratos onerosos); f) obrigação por retirada de serviço de ativos de longo prazo; g) provisão para benefícios a empregados; h) provisão para contratos de construção.

E ainda, o valor reconhecido como provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Ou seja, é o valor ao qual a empresa pagaria para liquidar tal passivo ou transferiria para terceiros. Nesse sentido, “as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida” (CPC 25, 2009, p. 12).

Conforme as exigências do CPC 25 para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar: (a) o valor contábil no início e no fim do período; (b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; (c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; (d) valores não utilizados revertidos durante o período; e (e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.

A entidade deverá divulgar em notas explicativas para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável: (a) estimativa do seu efeito financeiro conforme as regras de mensuração, considerando a melhor estimativa, risco e incerteza, valor presente e possíveis eventos futuros; (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e (c) a possibilidade de qualquer reembolso (CPC 25).

O CPC 25 prevê ainda que quando a provisão e o passivo contingente surgirem do mesmo conjunto de circunstâncias, a entidade deve fazer as divulgações exigidas e ainda, de maneira que evidencie a ligação entre a provisão e o passivo contingente.

Em casos que a divulgação prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão ou passivo contingente, não será

necessário divulgar as informações, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas, com a devida justificativa (CPC 25).

E ainda, com objetivo de tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas, foi aprovado a Orientação Técnica OCPC 07 em 26.09.2014, a qual reporta que as informações devem ser relevantes para os usuários externos. E só é relevante se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Estudos anteriores foram elaborados com o intuito de esclarecer assuntos relacionados a divulgação de passivos contingentes. Os resultados indicam que as empresas divulgam principalmente processos judiciais relacionados a causas fiscais, trabalhistas e cíveis, com menor divulgação de contingências ambientais. (Farias, 2006, Caetano, Silva, Biesdorf & Leal, 2010, Oliveira Benetti & Varela, 2011, Suave, Codesso, Pinto, Vicente e Lunkes, 2013, Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013), Rosa, 2014 e Balduino e Borba, 2015).

Farias (2006) verificou se as 50 melhores e maiores empresas do setor Químico e Petroquímico sediadas no Brasil, reconheceram e divulgaram nas suas demonstrações contábeis do período de 1999 a 2003 os seus passivos contingentes de acordo com as recomendações dos órgãos normativos nacionais e internacionais de contabilidade. Concluiu que as empresas pesquisadas não estavam divulgando de acordo com o exigido, e ainda, que não são todas as empresas que divulgam nas notas explicativas sobre o passivo contingente.

Oliveira (2007) analisou através de um questionário, 500 empresas portuguesas quanto ao cumprimento da norma IAS 37, referente a provisões para riscos e encargos, passivos contingentes e ativos contingentes no ano de 2000. O resultado da pesquisa foi que a IAS 37 não estava sendo cumprida nesta amostra.

Na pesquisa efetuada por Oliveira *et al.* (2010) estudou o *disclosure* obrigatório das provisões, ativos contingentes e passivos contingentes, no final do exercício de 2009 e no primeiro trimestre de 2012, em empresas listadas na BM&FBOVESPA. As análises revelaram que a adoção do CPC 25 não impactou o nível de *disclosure* em razão de ser um procedimento já praticado pelas empresas. O nível de evidenciação foi de 60%, mas não houve divulgação de várias subcategorias, também não foi possível conhecer se a empresa não divulgou ou se não ocorreu o ativo contingente e passivo contingente. Quanto as provisões, as informações geraram incertezas dos valores, natureza da obrigação e cronograma de saída.

Suave *et al.* (2013) investigaram se as empresas mais negociadas atenderam as disposições do CPC 25 quanto à divulgação dos contingentes. Verificaram que o maior atendimento é quanto a descrição da natureza, estimativas de efeitos financeiros, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a valores e data de ocorrência. E também foi percebido que muitas empresas ainda não divulgam informações com a melhor qualidade e que expressem a realidade, acreditam que seja por motivo de custo ou exposição à concorrência.

Ribeiro *et al.* (2013) estudaram o contencioso legal tributário e a percepção de advogados, auditores e juristas sobre os ativos e passivos contingentes no Brasil e a possibilidade de prática de gerenciamento de resultados com uso de provisões sobre contencioso legal. Ficou evidenciado que a aplicação do CPC 25 é uma questão interdisciplinar, uma vez que envolve no processo, o parecer de consultores jurídicos, auditores e contadores. E ainda, que a prática de gerenciamento de resultados pode ser reduzida quando existem boas práticas de governança corporativa.

Fonteles, Nascimento, Ponte e Rebouças (2013) realizaram uma pesquisa com o intuito de verificar as prováveis determinantes da evidenciação de provisões e contingências em 308 companhias listadas na BM&FBOVESPA, examinando as notas explicativas do exercício de 2010. Os resultados que influenciaram positivamente os setores de energia elétrica, eletroeletrônica, comércio, minerais não metálicos e telecomunicações, além das variáveis do tamanho, rentabilidade, liquidez e nível de governança 1 e 2.

Pinto, Avelar, Fonseca, Silva e Costa (2014) analisaram se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingentes está relacionada com o valor de mercado das companhias abertas brasileiras. A pesquisa foi elaborada com 65 companhias abertas brasileiras listadas no Índice Ibovespa em 2010. Os resultados sugerem que as empresas que mais evidenciaram pertencem ao setor Software e Dados. Entre os resultados indicaram que os investidores não consideram como relevante para o processo de tomada de decisão de investimento nas companhias abertas analisadas a informação de evidenciação qualitativa e quantitativa sobre provisão e passivo contingente.

Já Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) analisaram se há variabilidade nos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes no grupo do passivo não circulante de 184 empresas listadas nos diferentes níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA nos períodos de 2010 e 2011. Os resultados demonstram diferenças estatísticas significativas da variabilidade dos índices analisados. No entanto, que a assimetria informacional é relevante no que concerne a ausência da evidenciação contábil dos passivos contingentes no Balanço Patrimonial.

Para Martinez e Sonegheti (2015) que investigaram o nível de *disclosure* das empresas brasileiras que informam em suas notas explicativas os ativos e passivos contingentes de natureza tributária, notadamente com relação ao Pis e Cofins não cumulativo, e quais suas características, nos períodos de 2009 a 2011. Os resultados mostram que apesar do valor das contingências relativas ao Pis e Cofins não-cumulativo terem aumentado consideravelmente após a mudança no critério de incidência, as empresas não evidenciaram tais informações em suas notas explicativas, deste modo presumindo que não são transparentes com os investidores.

No estudo de Baldoino e Borba (2015), os autores verificaram os passivos contingentes de 102 empresas que publicam seus demonstrativos financeiros em IFRS na NYSE, considerando fatores que poderiam afetar a significância financeira dos passivos contingentes, como o setor da empresa, o sistema legal do país da empresa e os valores sociais do país da empresa. Os resultados mostram que as empresas brasileiras tendem a divulgar mais passivos contingentes devida à sua característica social mais conservadora e que das contingências evidenciadas (67%) são tributadas. As contingências ambientais são mais relevantes em empresas do setor de petróleo e gás.

Nota-se que o tema de estudo é atual, e que as pesquisas nesta temática ainda podem se expandir, uma vez que não foi cessado o interesse da comunidade acadêmica e que as empresas ainda não estão executando corretamente e na sua completude o CPC 25. O objetivo proposto nesta pesquisa de comparar as informações contidas nas notas explicativas e formulário de referência ainda não foi abordado em estudos anteriores. Ressalta-se que o foco desta pesquisa são os passivos contingentes tributários.

A metodologia da pesquisa aplicada nesta pesquisa quanto aos objetivos é do tipo exploratório e descritivo, uma vez que visa demonstrar o nível de evidenciação das empresas do setor elétrico da BM&FBOVESPA quanto sua conduta em relação ao CPC 25.

O procedimento técnico aplicado foi a pesquisa documental, uma vez que o material utilizado ainda não recebeu um tratamento profundo, e será adequado conforme o objetivo da pesquisa (Beuren, 2014).

Com relação à abordagem o problema classifica-se tanto como qualitativo e quantitativo, de acordo com Beuren et al (2014, p. 92) “concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado” e é quantitativo pois, há uma preocupação com as variáveis que influenciam o nível de evidenciação dos passivos contingentes no âmbito comportamental.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A amostra investigada por esta pesquisa constitui-se nas Sociedades Anônimas de Capital Aberto do setor de utilidade pública, segmento de energia elétrica listadas na BM&BOVESPA. As empresas listadas no segmento de energia elétrica totalizam 64, porém foram excluídas as empresas que não possuem atividades operacionais e quem possuem o propósito de participação societárias em outras sociedades. Portanto, excluídas as *holdings*, totalizou 48 empresas. As empresas estão listadas no quadro 2:

Quadro 2 – Composição da Amostra

EMPRESAS		
AES SUL DISTRIB GAUCHA DE ENERGIA S.A.	CIA ENERGETICA DO MARANHAO - CEMAR	EMAE - EMPRESA METROP.AGUAS ENERGIA S.A.
AES TIETE ENERGIA SA	CIA ENERGETICA DO RIO GDE NORTE - COSERN	ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
AFLUENTE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	CIA ESTADUAL DE DISTRIB ENER ELET-CEEE-D	ENERGISA S.A.
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	CIA ESTADUAL GER.TRANS.ENER.ELET-CEEE- - GT	ENEVA S.A
BAESA - ENERGETICA BARRA GRANDE S.A.	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	EQUATORIAL ENERGIA S.A.
BANDEIRANTE ENERGIA S.A.	CIA PAULISTA DE FORCA E LUZ	ESPIRITO SANTO CENTR.ELETR. S.A.-ESCELSA
CEMIG DISTRIBUICAO S.A.	CIA PIRATININGA DE FORCA E LUZ	INVESTCO S.A.
CEMIG GERACAO E TRANSMISSAO S.A.	CPFL ENERGIA S.A.	LIGHT S.A.
CENTRAIS ELET BRAS S.A. - ELETROBRAS	CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.	LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S.A.
CENTRAIS ELET DO PARA S.A. - CELPA	CPFL GERACAO DE ENERGIA S.A.	NEOENERGIA S.A.
CESP - CIA ENERGETICA DE SAO PAULO	CTEEP - CIA TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA	REDE ENERGIA S.A.
CIA ELETRICIDADE EST. DA BAHIA - COELBA	DUKE ENERGY INT. GER. PARANAPANEMA S.A.	RENOVA ENERGIA S.A.

**Building Knowledge in
Accounting**

CIA ENERGETICA DE BRASILIA	EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.	RIO GRANDE ENERGIA S.A.
CIA ENERGETICA DE MINAS GERAIS - CEMIG	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVICOS S.A.	STATKRAFT ENERGIAS RENOVAVEIS S.A.

CIA ENERGETICA DE PERNAMBUCO - CELPE	ELETROPAULO METROP. ELET. SAO PAULO S.A.	TRACTEBEL ENERGIA S.A.
CIA ENERGETICA DO CEARA - COELCE	ENERGISA MATO GROSSO DO SUL - DIST DE ENERGIA S.A.	TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Fonte: dados da pesquisa.

Para a realização desta pesquisa foram coletados dados referentes aos passivos contingentes tributários dos seguintes documentos entregues pelas companhias a Comissão de Valores Mobiliários (CVM): Notas explicativas e Formulário de Referência. Destaca-se que as notas explicativas são parte integrante dos documentos obrigatórios e formam as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) exigidos pela Lei 6.404/76, art. 176 e auditados para as companhias Sociedades Anônimas de capital aberto. Quanto ao formulário de referência o mesmo está previsto no art. 24 da Instrução Normativa CVM nº 480, e deve elucidar informações sobre fatores de risco. Para esta pesquisa foi utilizado o item 4. Fatores de Risco, subitem 4.3 Processos não sigilosos relevantes.

A função básica das notas explicativas reside em uma comunicação de ordem qualitativa que permite ao leitor dos relatórios contábeis entenderem quais os principais eventos que afetaram patrimonialmente uma entidade durante um exercício ou em decorrência dos quais poderão vir a afetá-la num futuro previsível (Flores e Carvalho, 2015).

Segundo o Instituto brasileiro de Relações com Investidores (IBRI) e a BM&FBOVESPA, no documento Guia de Relação com Investidores (2009, p.1), o propósito do Formulário de Referência “deve ser um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos”. Esta obrigação está descrita na declaração firmada pelo diretor presidente e o diretor de Relações com Investidores em benefício do mercado.

A entidade deverá divulgar em notas explicativas para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável:

- (a) estimativa do seu efeito financeiro conforme as regras de mensuração, considerando a melhor estimativa, risco e incerteza, valor presente e possíveis eventos futuros;
- (b) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e
- (c) a possibilidade de qualquer reembolso (CPC 25).

Para a realização desta pesquisa foram utilizados os itens antecedentes para a formação do *checklist* referente aos passivos contingentes, para a comparação das informações solicitada no CPC 25 e divulgada na empresa nas notas explicativas versus formulário de referência.

Para a realização do teste estatístico regressão múltipla, os itens supracitados foram ponderados para que a variável dependente “nível de evidenciação” fosse estimada entre os valores 0 e 1, conforme ponderações na tabela 1.

Tabela 1: Métrica adotada

Item	Peso
------	------

**Building Knowledge in
Accounting**

Breve descrição	processo	tributo	Esfera	Controlada	Geral
--------------------	----------	---------	--------	------------	-------

	0,32	0,32	0,24	0,16	0,12	0,08
Estimativa do efeito financeiro	Comparativo 2014/2013		Valores em 2014	Não apresenta		
	0,22	0,22	0,11	0		
Consideração dos critérios de mensuração	consulta jurídica		consulta auditoria	consulta e processos semelhantes	Não apresenta	
	0,22	0,22	0,11	0,05	0	
Indicação de Incertezas	Apresenta		Não apresenta			
	0,22	0,22	0			
Total		1				

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto ao item “breve descrição” ponderou-se um peso maior para as empresas que detalharam os passivos contingentes tributários por processo, uma vez que as empresas devem informar quais passivos contingentes ela possui, e entende-se que quanto maior detalhamento da informação, maior o nível de evidenciação. Para os demais tipos de divulgação, Tributo, Esfera, Controlada e Geral, foi atribuído valores menores respectivamente conforme figura 1 e gráfico 1.

Figura 1: Métrica da Pesquisa

Processo
Tributo
Esfera
Controlada

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto as demais variáveis a tabela 1 apresenta a métrica adotada. Para composição da análise de regressão múltipla foram selecionadas variáveis conforme a literatura demonstra-as relevantes. As variáveis utilizadas para esta pesquisa foram as variáveis independentes: endividamento, tamanho da empresa; variáveis dummy: empresas auditadas por *bigfour* e nível de governança corporativa na BMF&BOVESPA e a variável dependente nível de evidenciação. Conforme modelo apresentado a seguir.

$$Y_1 = \alpha + \beta_1 \cdot X_1 + \beta_2 \cdot X_2 + \beta_3 \cdot X_3 + \beta_4 \cdot X_4 + u$$

Onde:

Y_1 = Variável dependente: pontuação das empresas definidas por meio dos critérios de quantificação da pesquisa;

α = Intercepto do modelo (constante);
 X_1 = Variável independente: *dummy* do nível de governança (empresa pertence ao nível diferenciados = 1; empresa pertence a outro grupo de nível de governança = 0);
 X_2 = Variável independente: *dummy* empresas auditadas por *bigfour* (empresa é auditada = 1; empresa não auditada = 0);
 X_3 = Variável independente: Endividamento (índice); X_4 = Variável independente: Receita líquida (em reais); u = Resíduo do modelo.

4**ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS**

Nesta seção foram abordados os passivos contingentes tributários em subseções e ponderado quanto: as informações contidas nas notas explicativas, as informações divulgadas nos formulários de referência. Para entender os passivos contingentes e as variáveis que influenciam o nível de evidenciação dessas informações foi realizada o teste de regressão múltipla.

4.1 PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS: análise por meio das notas explicativas.

Neste subitem observaram-se as empresas do segmento de energia elétrica, no tocante de suas notas explicativas, que são auditadas e integrantes das demonstrações financeiras obrigatórias. Na tabela 2 é possível verificar 41 empresas que divulgaram os Passivos Contingentes Tributários.

A análise é feita por meio das notas explicativa, de acordo com a orientação do CPC 25. Quanto a breve descrição, as empresas apresentam os seus passivos contingentes tributários de várias forma:

- (a) Por tributo, como: Cofins, Pis, IRPJ, CSLL, ICMS, ISS entre outros;
- (b) Por processo, detalhando o número do processo, os tributos envolvidos e respectivo trâmite;
- (c) Por esfera, detalhado por tributos devidos a União, Estado e aos Municípios;
- (d) Por controlada, nesta situação a controladora detalha as contingências por controladas, detalhando em seguida os processos envolvidos;
- (e) Todos os tributos, engloba todas as contingências tributárias num só valor, sem maiores especificações.

No que tange a estimativa do seu efeito financeiro, foram separadas as informações em dois grupos, as empresas que apresentaram os valores dos passivos contingentes tributários:

- (a) De forma comparativa, posição em 31.12.2014 e em 31.12.2013;
- (b) De forma individual, posição em 31.12.2014; e
- (c) De forma individual, ou seja, somente posição em 31.12.2014, sendo destacado que os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC ou pelo INPC.

Tabela 2 – Análise das Divulgações dos Passivos Contingentes Tributários nas Notas Explicativas

Breve descrição	Qtidade	%
Por Processo	6	14,63

Por Tributo	21	51,22
Por Esfera	3	7,32
Por Controlada	1	2,44
Todos os Tributos	<u>10</u>	<u>24,39</u>
Total	41	100,00

Estimativa Efeito Financeiro	Qtidade	%
Comparativo de 2014 e 2013	33	82,93
Apresenta valor de 2014	3	7,32
Apresenta valor atualizado para 2014	<u>4</u>	<u>9,75</u>
Total	41	100,00

Considerações dos critérios de mensuração	Qtidade	%
Avaliação fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.	30	73,17
Avaliação fundamentada na opinião da administração e dos assessores jurídicos.	7	17,07
Avaliação das experiências de auditorias fiscais.	2	4,88
Avaliação da administração, baseada em experiência em processos com natureza semelhante.	<u>2</u>	<u>4,88</u>
Total	41	100,00

Indicação das incertezas	Qtidade	%
Não Apresenta	24	58,54
Divulga os acréscimos expressivos de cada processo e ainda a situação em que se encontram os processos.	1	2,44
Divulga a situação dos processos, apontando situações para evitar riscos futuros e ainda as razões que classificou como probabilidade de perda como possível.	3	7,32
Divulga alteração dos riscos de provável para possível	3	7,32
Divulga as instâncias em que se encontram os processos	4	9,76
Divulga que os consultores jurídicos entendem que a probabilidade de perda é possível, devido a uma base sólida de defesa judicial.	<u>6</u>	<u>14,62</u>
Total	41	100,00

Fonte: dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 2, quanto a breve descrição, que 51,22% das empresas divulgam o seu passivo contingente por tributo e que 24,39% das empresas divulgam por totais dos tributos. As empresas que evidenciam por processos os seus passivos tributários, representam 14,63% e as demais empresas, 9,76% divulgaram por esfera federal, estadual e municipal e por controladora.

Na estimativa do efeito financeiro, 82,93% das empresas apresenta o comparativo dos valores dos passivos contingentes nos anos de 2014 e 2013, enquanto que 9,75% apresentou os valores do ano de 2014, enfatizando que os mesmos estão atualizados monetariamente. E os demais, 7,32%, somente divulgou o valor na posição de 31.12.2014.

Verificou-se ainda, as considerações dos critérios de mensuração que a maioria, ou seja, 73,17% (30 empresas) avaliam seus passivos contingentes fundamentados na opinião de seus consultores jurídicos e que 17,07% avaliam na opinião da administração e dos assessores jurídicos. 9,76% das empresas (4 empresas) avaliam de acordo com as experiências em processos da mesma natureza e nas auditorias fiscais.

De acordo com as divulgações das indicações das incertezas, observou-se que 58,54% das empresas não apresenta qualquer informações, 14,62% (6 empresas) divulga que os consultores jurídicos entendem que a probabilidade de perda é possível devido a base sólida de defesa. 9,76% das empresas (4 empresas) divulgou em que instância encontram-se os processos e 7,32% das empresas (3) divulga a situação dos processos, apontando situação para evitar riscos futuros e ainda as razões pelas quais classificou como probabilidade de perda como possível. As demais empresas que apresentaram informações desta natureza foram

9,76% (4 empresas), divulgaram os acréscimos expressivos de cada processo e a alteração dos riscos de provável para possível.

Nas observações, verificou-se algumas informações que são divulgadas pelas empresas, como:

- a) Utilizam o critério de divulgar somente as perdas nos valores superiores a R\$ 1.000 ou R\$ 5.000 ou R\$ 10.000, ou ainda que considerada relevantes;
- b) Evidenciam somente as principais ações;
- c) Relatam os tramites dos processos;
- d) Apresentam somente a quantidade de processos, sem detalhamento;
- e) Evidenciam o motivo pelo qual houve variação da contingência de um ano para o outro;
- f) Detalhamentos extensos dos processos;
- g) Passivos Contingentes sem nenhum detalhamento, quanto ao tipo de tributo ou esfera ou ainda quanto ao processo;
- h) Que todos os processos são reavaliados periodicamente;
- i) Informações das contingências de probabilidade remota.

(e).2 PASSIVOS CONTINGENTES TRIBUTÁRIOS: análise por meio do Formulário de Referência.

As informações fornecidas no formulário de referência seguem a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 552/14 que alterou a Instrução nº 480/09, são entregues em até cinco meses contados da data de encerramento do exercício social da companhia. Caso seja necessário, a companhia pode entregá-lo novamente após correção devida. A tabela 3 apresenta o *checklist* exigido pelo CPC 25, no que compete os passivos contingentes.

Tabela 3 - Análise das Divulgações dos Passivos Contingentes Tributários nos Formulários de Referência.

Breve descrição	Qtidade	%
Por Processo, Tributo, Esfera	39	81,25
Breve descrição	9	18,75
	48	100
Estimativa Efeito Financeiro	Qtidade	%
Valor atualizado por processo	1	2,08
Apresenta valor atualizado para 2014	19	39,58
Não apresenta	28	58,33
Considerações dos critérios de mensuração	Qtidade	%
Fundamentada no departamento jurídico	1	2,08
Indicação das incertezas	Qtidade	%
Divulga alteração dos riscos de possível para provável	1	2,08
Divulga as instâncias em que se encontram os processos, juízo, réu e autor	38	79,16
Não apresenta	8	16,66

Fonte: dados da pesquisa

No formulário de referência, 81,25% das informações estão descritas de modo que apresentem, o juízo, data de instauração do processo, réu e autor da ação, bem como o

processo, tributo envolvido, a instância do processo e a chance de perda. Porém, 18,75% das empresas apresentam informações inferiores as que estão descritas em notas explicativas, como um apanhado geral do total das contingências, não segregando valores da ambiental, civil, trabalhista e tributária. Nestas empresas há a apresentação do valor atualizado das contingências, porém sem a descrição detalhada.

Nota-se que 48 empresas possuem passivo contingente tributário. Portanto 7 empresas a mais que nas notas explicativas. Quanto a empresa Emae - Empresa Metrop.Aguas Energia S.A, esta classificou uma contingência de ordem regulatória como tributária; a empresa Equatorial Energia S/A admite que possui apenas R\$ 111.066 mil se relacionaram a disputas fiscais, sendo que seja possível a não divulgação desta informação em notas explicativas pela irrelevância de valor, o mesmo fato ocorreu com a empresa Renova Energia S.A.. A empresa Eneva, faz uma breve descrição das contingências de modo geral, sem especificar valores por contingência e não faz essa menção em notas explicativas. No que se refere a empresa Neoenergia S.A., esta possui valores expressivos em formulário de referência quanto as contingências tributárias. E por fim a empresa Statkraft Energias Renovaveis S.A. menciona no formulário de referência que possui passivos contingentes tributários mas não apresenta valores. Portanto há uma divergência de amostra que representa 14,58% do total.

Nota-se também que as empresa não compararam ano anterior e atual, e apenas uma empresa apresentou alteração de incerteza, de possível para provável, provisionando o valor devido. Quanto a atualização de valores, apenas 41,66% apresentou valores atualizados para o ano de 2014, dentre estas apenas uma empresa trouxe a atualização por processo (2,08%), e as demais no contexto geral, ou das contingências tributárias ou valores atualizados para os passivos tributários.

(e).3 NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Com o intuito de verificar as variáveis que podem exercer influência na evidenciação dos passivos contingentes, desenvolveu-se um modelo de regressão múltipla. O *software* utilizado para o desenvolvimento do modelo foi o SPSS®. A saída apresentada pelo *software* está evidenciada na Tabela 4. O Teste F, aplicado para verificar a adequabilidade do modelo, apontou um valor *p* próximo a zero (inferior a 0,05). Portanto, com um nível de significância estabelecido para o desenvolvimento do modelo de regressão de 5% e com um nível de confiança de 95%, pode-se afirmar que as variáveis independentes explicativas contribuem significativamente para o modelo proposto.

Quadro4: Saída do SPSS ® Coeficientes^a

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.	Intervalo de confiança 95,0% para B	
	B	Modelo padrão	Beta			Limite inferior	Limite superior
(Constante)	-0,438	0,381		-1,150	0,258	-1,212	0,335
Rec. Liq.	0,083	0,031	0,615	2,693	0,011*	0,021	0,146
1 Endiv.	-0,495	0,223	-0,493	-2,217	0,033*	-0,947	-0,042
Aud.bigfour	0,205	0,120	0,254	1,710	0,096*	-0,038	0,449
Gov.corp.	-0,131	0,061	-0,368	-2,133	0,040*	-0,256	-0,006

- a. Variável dependente: nível.evid.PC
- b. * nível de significância 5% ** nível de significância 10%

Resumo do modelo^b

R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança					Durbin-Watson
				Alteração de R quadrado	Alteração F	df1	df2	Sig. Alteração F	
0,477 ^a	0,228	0,142	0,16321	0,228	2,655	4	36	0,049	2,005

a. Preditores: (Constante), gov. cor., aud. bigfour, Endiv., Rec. Liq.

b. Variável dependente: nível.evid.PC

Observa-se que as variáveis níveis diferenciados de governança corporativa, empresas auditadas pr bigfour, endividamento e receita líquida explicam 22,8% da variância do nível de evidenciação dos passivos contingentes. Portanto, há 77,20% do modelo explicado por outras variáveis. Com a realização do teste *Durbin Watson* observa-se que a independência dos resíduos, portanto o modelo está atendendo um dos pressupostos, visto que o teste apresenta valores próximos a 2, concluindo que não há autocorrelação entre os resíduos (Fávero, Belfiore, Silva & Chan, 2009). Quanto ao pressuposto de normalidade o modelo também atendeu.

5

CONCLUSÃO

Esta pesquisa pretendeu identificar o nível de evidenciação das companhias do setor elétrico da BM&FBOVESPA quanto sua conduta para com os passivos contingentes tributários, conforme elucidado no CPC 25. Por meio da validação das notas explicativas e formulário de referência das empresas do setor elétrico quanto ao *checklist* desenvolvido com base no CPC 25; a comparação das informações descritas nas notas explicativas e formulário de referência, com a verificação se as mesmas se complementam, são redundantes ou ainda, se são insuficientes para a contemplação do pleiteado pelo CPC 25, além de variáveis que pudessem explicar o nível de evidenciação dos passivos contingentes.

Diante do objetivo proposto observou-se as notas explicativas apresentam descrições de: (i) evidenciam somente as principais ações; (ii) Tramite dos processos; (iii) apresentam somente a quantidade de processos, sem detalhamento; (iv) motivo pelo qual houve variação da contingência de um ano para o outro; (v) detalhamentos extensos dos processos; (vi) passivos contingentes sem nenhum detalhamento quanto ao tipo de tributo ou esfera ou ainda quanto ao processo; (vii) informações das contingências de probabilidade remota.

Quanto as informações expostas no formulário de referência, as mesmas completam as informações contidas nas notas explicativas, uma vez que detalham em 81,25% da amostra os processos, os tributos envolvidos, a instância a qual se encontra o processo, bem como a data de instauração. Porém, apenas uma empresa atualizou os valores para o ano de 2014 por processo. Observou-se também que algumas empresas não constam em notas explicativas que possuem passivos contingentes tributários e o fazem nos formulários de referência. Portanto um ponto divergente dos relatórios.

Em relação ao CPC 25, a principal falha é a não atualização dos valores, o que pode prejudicar a interpretação e análise dos fatos, visto que há processos com data de instauração

em 1997. É possível que estas informações não estejam corretamente detalhadas, pois o CPC afirma quando aplicável.

Observa-se que as variáveis níveis diferenciados de governança corporativa, empresas auditadas por bigfour, endividamento e receita líquida explicam 22,8% da variância do nível de evidenciação dos passivos contingentes.

REFERÊNCIAS

Baldoino, E., & Borba, J.A. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 58-81.

Resolução nº 3.535, de 31 de janeiro de 2008 (2008). Dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas. Brasília, 2011. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de <http://www.bcb.gov.br>.

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (1976). Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976. Recuperado em 12 dezembro, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm.

Beuren, I. M. (2014). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: Longaray, A. A., Raupp, F. M., Sousa, M. A. B., Colauto, R. D., Porton, R. A. de B., & Beuren, I. M (Org.). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade*. (3a ed.–9a Reimpr.). São Paulo: Atlas.

Caetano, T. P., Silva, T. B., Biesdorf, S., & Leal, E. A. (2010, julho). Evidenciação do Passivo Contingencial nas Demonstrações Contábeis: Um estudo nas Empresas de Papel e Celulose. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, São Paulo, Brasil, 10.

Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis: CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro, de 02 de dezembro de 2011 (2011). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2011. Recuperado em 29 novembro, 2015, de www.cpc.org.br.

Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis: CPC 25 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, de 26 de junho, 2009 (2009). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2009. Recuperado em 29 novembro, 2015, de www.cpc.org.br.

Orientação Técnica: OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, de 26 de setembro de 2014 (2014). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. 2014. Recuperado em 29 novembro, 2015, de www.cpc.org.br.

NBC-TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, de 04 de agosto de 2009 (2009). Conselho Federal de Contabilidade. 2009. Recuperado em 29 novembro, 2015, de <http://www.cfc.org.br>.

Deliberação CVM n. 480/05, de 22 de fevereiro de 2005 (2005). CVM – Comissão de Valores



São Paulo, 27 a 29 de Julho de 2016

**Building Knowledge in
Accounting**

Mobiliários. 2005. Recuperado em 17 janeiro, 2016, de <http://www.cvm.gov.br>.

Deliberação CVM n. 489/05, de 03 de outubro de 2005 (2005). CVM – Comissão de Valores Mobiliários. 2005. Recuperado em 02 dezembro, 2015, de <http://www.cvm.gov.br>.

Deliberação CVM n. 594/09, de 15 de setembro de 2009 (2009). CVM – Comissão de Valores Mobiliários. 2009. Recuperado em 02 dezembro, 2015, de <http://www.cvm.gov.br>.

Farias, M.R.S. (2006). Bases conceituais e normativas para reconhecimento e divulgação do passivo contingente: um estudo empírico no setor químico e petroquímico brasileiro. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, São Paulo, Brasil, 6.

Fávero L. P.; Belfiore, P.; Silva, F. L.; Chan, B. L. (2009). *Análise de Dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Flores, E., Santos, A. dos, & Carvalho, N. (2015). Notas explicativas no Atual Sistema Contábil: Importância, Alcance e Características. In *Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximação e Distanciamento)* (vol. 4, 1ª. ed., pp. 167-186), Rio de Janeiro, RJ: Editora Dialética.

Fonteles, I. V, Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R, & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4), 5-98.

Gil, C. A. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (5a ed.). São Paulo: Altas.

Gonçalves, O., & Ott, E. (2002, setembro). A evidenciação nas companhias brasileiras de capital aberto. *Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD)*, Salvador. Bahia, Brasil, 26.

Hanlon, M., Heitzman, S. (2010). A review of tax research. 2010. *Journal of Accounting and Economics*, 50, 127–178.

Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade* (5a ed.). São Paulo: Atlas.

IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, de 01 de janeiro de 2011 (2011). IFRS. 2011. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de <http://www.ifrs.org>.

IBRACON – Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil. 2005. *Norma e Procedimento de Contabilidade (NPC 22), de 03 de outubro de 2005* (2005). Recuperado em 10 dezembro, 2015, de <http://www.ibracon.com.br>.

IBRI, Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (2009). Guia de Relação com Investidores. Recuperado em 09 janeiro, 2016, http://www.ibri.com.br/Upload/Arquivos/ibri_valor/Espaco_IBRI_18.01.2008.pdf

Iudícibus, S., Martins, E., Gelbecke, E.R., & Santos, A. (2013). *Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Kieso, D. P., Weygandt, J. E., & Walfield, T. (2014). *Intermediate Accounting – IFRS Edition*. (2a ed.). Nova Jersey, EUA: Wiley.

- Lima, G. (2007). *Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileira*. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Martinez, A.L., & Sonegheti, K.S. (2015, junho). Contingências Fiscais em face das mudanças de incidência do Pis e da Cofins. *Anais do IX Congresso Anpcont*, Curitiba, Paraná, Brasil, 9.
- Murcia, F. (2009). *Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário de Companhias Abertas no Brasil*. Tese de Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Murcia, F., Souza, F. C, Dill, R. P. & Costa Jr., N. A. (2010). Impacto do Nível de *Disclosure* Corporativo na Volatilidade das Ações de Companhias Abertas no Brasil. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo.
- Oliveira, J. S. (2007). Relato financeiro sobre provisões, passivos contingentes e activos contingentes: o caso português. *Revista Contabilidade e Gestão*, 4, 19-66.
- Oliveira, A.F, Benetti, J. E, & Varela, P. S. (2011, junho). *Disclosure* das Provisões e dos Passivos e Ativos Contingentes: Um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Anais do Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – AnpCONT*, Espírito Santo, Vitória, Brasil, 8.
- Pinto, A.F., Avelar, B., Fonseca, K.B.C., Silva, M.B.A., & Costa, P.S. (2014). *Value Relevance* da evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Revista Pensar Contábil*, 16(61), 54-65.
- Ribeiro, A.C., Ribeiro, M.S., & Weffort, E.F.J. (2013). Provisões, Contingências e o Pronunciamento CPC 25: As percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 38-54.
- Rosa, C.A. (2014). *Panorama e Reconfiguração das Contingências Passivas no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Scarpin, J.E., Macohon, E.R., & Dallabona, L.F. (2014). Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22), 3-14.
- Suave, R., Codesso, M. M., Pinto, H. M., Vicente, E. F. R., & Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. *Revista da UNIFEFE*, 1(11), 1-17.
- Verrecchia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180.